

# A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DO SUJEITO: UMA ANÁLISE DAS MARCAS DISCURSIVAS EM PRODUÇÕES TEXTUAIS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO<sup>1</sup>

Maria Pereira Mendes (UESPI)<sup>2</sup>  
mmary\_mendes@hotmail.com  
Allan de Andrade Linhares (FAP)<sup>3</sup>  
andrades55@hotmail.com

## Introdução

Ao estudarmos a disciplina Análise do Discurso, ouvimos falar que o sujeito ao submeter-se à língua e a história é, ao mesmo tempo, livre e interpelado em sujeito pela ideologia dominante. Tudo isso, para que ele produza seu discurso acreditando ser dono do que enuncia. Concordamos que “o indivíduo é interpelado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, logo para que aceite (livremente) seu assujeitamento”. (BRANDÃO, 2004, p.79). Entretanto, também acreditamos na individualidade discursiva do ser humano. Não pelas marcas gramaticais (“eu”, “tu”) deixadas no discurso – como defendia Benveniste – mas na sua interação viva com dizeres sociais. Assim, cremos que o indivíduo não nasce sujeito, contudo pode vir a sê-lo.

Escolhemos, como objetivo para esta pesquisa, compreender de que maneira a subjetividade do sujeito, alunos do 2º ano D do Ensino Médio, manifesta-se no processo de leitura e produção de texto. Especificamente, outros objetivos complementam este estudo são: (i) analisar as marcas discursivas, pelos alunos, deixadas nas produções textuais; (ii) comparar produções textuais observando as mudanças de postura sofridas pelos alunos no decorrer do processo investigativo; (iii) averiguar que efeitos de sentidos as charges mantiveram sobre os alunos.

Para chegarmos aos objetivos propostos, fizemos alguns questionamentos: Que fatores influenciam na constituição da subjetividade do sujeito? Qual o processo que o sujeito segue para constituir-se como tal? Os discursos chargísticos interferem na visão de mundo dos sujeitos?

A preferência por este objeto de estudo, deve-se ao fato de considerarmos o sujeito um produto resultante da prática dialógica, que se desenvolve entre interlocutores no espaço discursivo, posto que eles são influenciados pelo contexto sócio-histórico e ideológico, bem como a individualidade (subjetividade) decorre da influência do outro em sua vivência. Ressaltamos que a opção pela aplicação da pesquisa na turma de 2º ano D do Ensino Médio, se justifica por entendermos que esses estão em fase de transição, da adolescência para a idade adulta, logo mudanças de percepção são mais frequentes.

Com este estudo, acreditamos trazer esclarecimentos a respeito da construção heterogênea ou singular do sujeito/aluno e dos seus enunciados que transpõem do campo da subjetividade e das experiências de cada ser.

Assim, para realizarmos esta investigação, optamos por uma pesquisa com múltiplos critérios, para tanto ela é de caráter explicativo quanto aos objetivos, participante quanto aos procedimentos de coleta, de campo quanto às fontes de informação e, segundo a abordagem, é qualitativa. Para coleta do material de análise, realizamos oficinas de textos almejando obter produções textuais. Para nossas constatações, fizemos análises comparativas em alguns textos

---

<sup>1</sup> Artigo produzido através de um recorte do trabalho de conclusão do curso de Letras/Português da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

<sup>2</sup> Graduanda em Letras/Português (UESPI).

<sup>3</sup> Professor Mestre em Letras que orientou a pesquisa e a produção do presente artigo.

produzidos pelos alunos, a fim de verificarmos se houve mudanças de posturas na visão que esses tinham sobre política e ainda se os discursos chargísticos os influenciaram, a ponto de mudarem a concepção que construíram no decorrer do processo investigativo sobre política. Ressaltamos que as produções foram realizadas a partir do sendo comum dos alunos, de leituras de textos diversos, de discussões com a pesquisadora e, por fim de leituras de charges com o tema política.

O presente estudo esta estruturado da seguinte maneira: no primeiro momento apresentamos as contribuições da análise do discurso para o estudo da subjetividade. Para tanto, dialogamos com autores, como: Foucault (2009); Orlandi (2009); Brandão (2004, 2009); Benveniste (2005); Maingueneau (1997, 2008); Pêcheux (1997); Marcuschi (2008); Mussalim (2006); Flôres(2002), entre outros. Procede-se, em seguida, as análises das produções textuais de alunos a fim de perceber a construção da subjetividade desses sujeitos e, por fim, às conclusões.

## **1. As contribuições da Análise do Discurso para o estudo da subjetividade**

Habitualmente, ao falarmos em discurso muitos indivíduos têm a ideia de uma declaração oral de uma determinada pessoa ou grupo social. Comumente, tem-se a noção de um pronunciamento político, o qual utiliza palavras complexas e com um descomedido valor pejorativo, todavia na ciência da linguagem a palavra discurso tem enfoques diferenciados.

A linguagem, como foi visto na seção anterior, é qualquer ato de fala realizado entre um locutor e um interlocutor, objetivando a comunicação, portanto entendemo-la como algo natural ao ser humano, destarte quando a produzimos estamos automaticamente produzindo discursos. Nesses termos, definimos discurso como uma atividade comunicativa geradora de sentidos, entre locutores e interlocutor, contudo para sua compreensão envolve fatores que estão ligados a sua construção, tendo em vista que ele não é apenas o ato de falar com alguém, todavia, envolve o contexto de produção.

Concordando com isso, Maingueneau (2008) diz que discurso não deve ser confundido com frase, língua e texto quando empregados de forma arbitrária. E argumenta que o discurso opõe-se a frase, devido ele (discurso) ser uma unidade linguística instituída de uma sucessão frasal e não apenas de uma frase solta. O discurso, segundo o autor vai opor-se a língua se a definirmos como sistema de valores virtuais – articulação de símbolos sonoros para comunicar ou condição física da fala – ou como idioma partilhado por membros de uma comunidade linguística – conjunto de textos com um posicionamento comum em um campo discursivo – por fim, o discurso vai opor-se ao texto, quando na análise, não se considera o contexto de produção para construir de sentidos a interpretação.

O discurso só tem sentido no contexto de produção, em vista disso é contextualizado, produzido por um sujeito (um “eu” que se coloca como o responsável pelo que se diz), marcado por as referências de tempo e de espaço e é interativo, pois ele é uma atividade que se desenvolve, no mínimo, entre dois parceiros, no qual um age sobre o outro.

Segundo o autor, o discurso é ainda, regido por princípio do dialogismo, pois quando falamos ou escrevemos, dialogamos com outros discursos, trazendo a fala do outro para o nosso discurso. E se assim o é, dizemos que tem um efeito polifônico, haja vista, que todos eles constroem-se numa rede de outros discursos, de outras palavras.

### **1.1. Sobre a noção de sujeito para a AD**

Pesquisar como a subjetividade é concebida na AD faz-se necessário uma abordagem das diferentes acepções de sujeito no campo discursivo, bem como das teorias que a influenciam nessa abordagem.

Assim, definimos sujeito a partir de três fases da AD. Na primeira fase, temos um indivíduo interpelado em sujeito do discurso, que não tem voz para dizer “eu falo”, é visto apenas como reprodutor de ideias. É, no entanto, um sujeito sem voz própria. Inconscientemente dominado pelas forças ideológicas.

Acordando com Pêcheux (1997, p. 161) “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Isso nos faz entender que o sujeito é uma espécie de maquinaria que reproduz as ideologias a partir da formação discursiva a que pertencem. Desse modo, quem fala no discurso não são os sujeitos, são as instituições a que eles pertencem. Nesta fase, no entanto, tem-se um sujeito, na historicidade, assujeitado as diversas formas de poder que é submetido.

Na segunda fase da AD, temos um sujeito que perde a unicidade e para ser compreendido precisamos adentrar no interior da formação discursiva. Em análise as diversas modalidades da enunciação, proposta por Foucault (2009), o sujeito em vez de remeter-se a um princípio de unidade, manifesta sua dispersão “nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala.” (id., 2009, p. 61). Desse modo, o sujeito pode ocupar diferentes papéis em uma formação discursiva, haja vista que ele já não é mais concebido pelos princípios da unicidade como na primeira fase, todavia continua à assujeitar-se às forças ideológicas.

Foucault (2009) argumenta que o discurso não é apenas um fenômeno de expressão, isto é, um texto escrito de algo que se realizou em algum lugar. No discurso, busca-se um campo de regularidades para diversas posições de subjetividade, portanto não é concebido pelo sujeito que pensa e conhece o que diz. Assim é um conjunto em que se pode determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É na dispersão, que o sujeito pode constitui-se como “eu” do seu discurso, perdendo o princípio de maquinaria de instaurado por Pêcheux.

Embora o sujeito tenha perdido o princípio de unicidade na segunda fase da AD, ele não é totalmente livre, uma vez que sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que essa é regulada por uma formação ideológica. Desta forma, o sujeito ainda que exerça diferentes papéis sociais, não vai além de um reprodutor de ideologias regidas pela classe dominante.

Na fase contemporânea da AD, perde-se o caráter homogêneo do sujeito e incorpora-se a noção de sujeito com características heterogêneas, clivado, dividido. Mediante os trabalhos de Authier-Revuz (1982, 1990 e 1998) temos agora um sujeito que não é totalmente consciente de si, mas que é dividido, clivado entre o consciente e inconsciente.

Nesse sentido, o sujeito perde sua qualidade de centralidade, incorporando na construção do seu discurso – “eu” – o discurso “outro”. É, portanto, o primado do interdiscurso sendo incorporado na terceira fase da AD. Argumenta Mussalim (2006, p.134), “o sujeito é, então, um sujeito descentrado, que se define agora como sendo a interação entre o ‘eu’ e o ‘outro’. O sujeito é constitutivamente heterogêneo, da mesma forma como o discurso o é”.

## **1.2. Subjetividade na linguagem**

Ao investigarmos o processo de construção da subjetividade de alunos do 2º ano D Ensino Médio, torna-se indispensável uma abordagem das questões da subjetividade na linguagem, seguindo as concepções de Benveniste. Ele que se dedicou a estudar “o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto de um enunciado”. Também nosso objetivo.

Mediante os estudos de Benveniste (2005), a linguagem não pode ser vista, nem mesmo empregada como instrumento de comunicação, já que o homem não a fez, como faz outro objeto qualquer. A linguagem é inata ao ser humano, portanto jamais poderemos vê-la desvinculada do homem e nem do homem dela, uma vez que são papéis indissociáveis. “E na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamentada na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. (id., 2005, p.286, grifo do autor.). Nesse prisma, temos um sujeito consciente que transcende as experiências vividas em meio social, para propor-se como sujeito da sua enunciação e que enunciar “eu”. Nesse ponto de vista, o sujeito é um ser único, central, origem e fonte dos sentidos, logo é centrado no próprio “ego”.

Assim, para o sujeito efetiva-se como tal, a língua o fornece à estrutura linguística e formal para o funcionamento da subjetividade. São os pronomes e classes gramaticais que carregam as marcas de personalidade no discurso, logo são eles os responsáveis pela subjetivação da enunciação.

Seguindo as concepções de Benveniste, o processo de construção da subjetividade insurge dos índices de pessoas, “eu” e “tu”. Esses que são produtos da enunciação. O “eu” é o indivíduo que diz e que deve ser responsabilizado pelo que enuncia, o “tu” é o indivíduo a quem se destina o enunciado do “eu”. Os indivíduos linguísticos nascem da enunciação e é nela que têm significação. Os pronomes “eu” e “tu” são vistos como formas linguísticas que indicam a “pessoa”. Complementam Flores e Teixeira (2005, p. 32), “o ‘eu’ é pessoa subjetiva; o ‘tu’ é apenas pessoa: poder-se-á, então, definir o tu como a pessoa subjetiva, em face da pessoa subjetiva que eu representa; e essas duas ‘pessoas’ se oporão juntas à forma de ‘não-pessoa’.”

O “eu” remete a algo singular que designa o locutor. Contudo, esse só pode ser identificado na instância do discurso. Devemos observar que, embora o “tu” seja indispensável na relação interlocutiva, é o “eu” quem define o “tu”.

A enunciação, nessa percepção, é vista como um ato individual que coloca a língua em funcionamento, transformando-a em discurso. Assim, ela fica limitada ao espaço do subjetivo e do individual. (BENVENISTE, 2005). Além dos pronomes pessoais que fornece a base para a manifestação da subjetividade na linguagem, temos outras classes de pronomes que advêm do mesmo *status* dos já supracitados. “São os indicadores da *deixes*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência; ‘isto, aqui, agora’ e as suas numerosas correlações ‘isso, ontem, no ano passado, amanhã’, etc.” (id., 2005, p.288). Esses carregam marcas de espaço e temporalidade. Assim, como os pronomes pessoais definem-se na instância discursiva em que são enunciados.

### 1.3. Construção da subjetividade

Baseando-nos inicialmente em Orlandi (2009), nesta seção, dialogaremos a respeito da construção da subjetividade.

Não podemos reduzir pois a questão da subjetividade ao linguístico; fazemos entrar em conta também sua dimensão histórica e psicanalítica. Embora a subjetividade repouse na possibilidade de mecanismos linguísticos específicos, não se pode explicá-la estritamente por eles. (p. 50).

Partindo dessa afirmação, entendemos que para compreender como se constitui a subjetividade do sujeito, não podemos reduzi-lo unicamente a linguagem, como Benveniste (2005) o fez. É necessário relacioná-lo com o contexto sócio-histórico, uma vez que é nele que o sujeito é livre e ao mesmo tempo, submisso. Assim, para compreendermos a construção

subjetiva do sujeito é necessário mergulharmos na história, pois é nela que entendemos a noção de sujeito como dono do que diz e de sujeito determinado pela exterioridade.

Entendendo o sujeito como uma ser determinado historicamente construído, logo articulado com o conceito de ideologia. Percebemos que ele ao articula-se com esses fatores mantém automaticamente relação com o outro, sendo que os fenômenos da subjetividade não surgem do nada. Eles são adquiridos na relação com o outro.

Diante do exposto, não há como compreender um indivíduo, o desvinculando do mundo social em que está. Os sujeitos vão se constituindo a partir da sua atuação no mundo e da sua relação com o outro, em um sistema de reflexos reversíveis, em que a palavra desempenha a função de contato social. Ao mesmo tempo em que é constituinte do comportamento social e da consciência. A construção do sujeito, passa pelo reconhecimento do outro, mas fundamentalmente pelo autoconhecimento do eu.

#### **1.4. Os gêneros do discurso**

A linguagem é a base da interação humana e o gênero textual é a um só tempo, uma ação e uma atividade de linguagem, que tem um propósito comunicativo. Consideramos que a abordagem pedagógica de gênero textual se constitui fundamentalmente para a competência discursiva dos sujeitos a qual o possibilita, dentre outros aspectos, ser capaz de utilizar a língua de modo variado para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita.

Assim, a apropriação dos gêneros pelos indivíduos é uma necessidade social de comunicação, pois “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto”. (MARCUSCHI, 2005, p. 22). Devido a essa necessidade do indivíduo em comunicar-se por diferentes formas, os gêneros estão em constante renovação e adaptação, em meio social, portanto eles adequam-se a evolução sociocultural dos falantes da língua.

Diante da afirmação de que os gêneros são reflexos das relações sócio-históricas, permite-nos dizer que os eles desempenham uma ação e um papel social. Destarte, faz-se necessário ter em mente, que todos os gêneros possuem propósitos discursivos, logo não podem ser presos a estruturas. Corroborando com essa ideia, Marcuschi (2006, p.24) diz que:

Existe uma grande variedade de teorias de gêneros no momento atual, mas, pode-se dizer que as teorias de gênero que privilegiam a forma ou a estrutura estão em hoje em crise, tendo-se em vista que o gênero é essencialmente flexível e variável, tal como o seu componente crucial, a linguagem. Pois, assim como a língua varia, adapta-se, renovavam-se e multiplicam-se. Em suma, hoje a tendência é observar os gêneros pelo seu lado dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estrutural.

Diante disso, o autor argumenta que os gêneros não podem ser estudados como formas estanques, nem como estruturas rígidas, todavia como entidades dinâmicas, posto que eles cumprem funções comunicativas, em determinadas situações. Ressalta ainda que os gêneros, embora sejam estudados em seu processo dinâmico, também possuem uma identidade poderosa, visto que o processo da escrita é limitada por esses.

##### **1.4.1. A charge**

A charge é um discurso que se compõe de linguagem que utiliza simultaneamente de imagem (o desenho) e de palavras. Segundo Flôres (2002, p. 14.), ela é “um texto usualmente

publicado em jornais sendo via de regra constituído por quadro único”. Invariavelmente o chargista transcende o domínio do puramente visual, aliando-o ao texto escrito. Esse gênero embora seja um texto curto que relaciona imagem e textos verbais, carrega uma atenuante carga ideológica, haja vista que trás uma crítica humorística de um acontecimento específico, já conhecido do público. Logo é construída segundo a ótica do desenhista.

A charge caracteriza-se como um gênero jornalístico, apesar disso não se apresenta de forma imparcial, pois o chargista posiciona-se ideologicamente a sua produção. Portanto, definimo-la como um gênero jornalístico opinativo vinculado na imprensa com o propósito de persuadir o leitor. Em consonância com Flôres (2002, p. 14):

Quando o narrador intervém decididamente no texto e é, além disso, uma personagem, o texto mantém a distintamente entre o enunciado de um e outro- o discurso do narrador aparece à parte, em geral, dentro de um retângulo, e o da personagem dentro de um balão, ligado à personagem enunciativa.

Nessa perspectiva, percebemos que há uma interação direta entre texto-narrador-personagem na mesma construção textual, com a finalidade de abordar uma prévia de um fato social divulgado na mídia. Na produção desse tipo de texto, o autor tem liberdade para assinar em seu próprio nome a matéria ou pode optar por não se identificar ou pode apenas rubricar.

Para a construção de sentido do gênero charge, o leitor deve está socialmente envolvido com o meio social, o qual está inserido. Segundo com Flôres (2002, p.10): “A charge constitui-se, em sua face visível, de um amálgama de sentidos, de intenções, crenças, permitindo-nos captar a dinâmica do encontro entre a população e os dizeres e penares coexistentes no entrono social.” Se não levarmos em consideração os acontecimentos que se dão em determinado momento e circunstância histórica, os sentidos do texto fica demasiadamente prejudicado e a ironia impossível ser percebida pelo leitor.

Desta forma, a importância desse texto enquanto discurso, decorre não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação. Mais também, como espelho de imaginação de época, e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções ideológicas de uma época.

## **2. A construção da subjetividade do sujeito a partir de produções textuais de alunos**

Perante as informações delineadas nos capítulos anteriores, neste, faremos uma análise dos dados coletados na pesquisa de campo, para compreendermos a construção/manifestação da subjetividade e a forma como os discursos configuram-se para cada sujeito. Para isso, selecionamos e reescrevemos na íntegra, às produções textuais de alguns alunos do 2º ano D do Ensino Médio, turno tarde, para que pudéssemos realizar nossas constatações. Lembramos que, no decorrer das discussões aqui levantadas, citamos fragmentos dos textos dos alunos, para evidenciar as marcas subjetivas deixadas por eles no processo da escrita.

Os textos analisados foram produzidos em três etapas consecutivas. Para coletarmos, fomos ao campo no dia 18 de abril de 2012 e solicitamos aos alunos que os produzissem a partir dos conhecimentos prévios que detinham sobre o tema política. Para isso, não houve qualquer interferência da pesquisadora.

No segundo momento da coleta, dia 24 de abril de 2012, retornamos ao campo para desenvolver algumas leituras e discussões a propósito da política brasileira e novamente convidar os alunos a escreverem um novo texto. No último momento do processo, dia 27 de abril de 2012, novamente no campo, realizamos leituras de charges e discutimos sobre seu o propósito discursivo, em seguida, pedimo-los que construísem sentidos a algumas charges.

As análises realizadas neste estudo foram divididas em seções e essas em subseções, cada uma delas destinada a um aluno em específico. Dividimos dessa maneira, para melhor elucidar nossas comprovações, visto que estudamos o processo da construção subjetiva dos sujeitos, após submetê-los a outros discursos. Assim, melhor verificaremos as evoluções sofridas por eles no decorrer do processo investigativo.

## **2.1. Primeiros contatos com a manifestação de subjetividade dos sujeitos**

As análises, nesta seção, privilegiam os textos da primeira e da segunda etapa do processo investigativo. Objetivando um melhor esclarecimento, dividimos-las, por atos enunciativos dos alunos, intencionando elucidar as manifestações de subjetividade do sujeito.

### **2.1.1. Ato enunciativo de Chris**

Na primeira fase do processo investigativo, solicitamos a Chris, aluno do 2º ano, que desenvolvesse um texto dissertando política brasileira. Nesses termos, enuncia:

**Texto 1:** *É a política partidária em que um grupo de candidatos se reúne e cria uma espécie de partido para ajudar nas leis.*

Nesse texto percebemos que autor é um sujeito que compete à formação discursiva dos cidadãos caracterizados como ingênuos, sendo que ao perguntarmos sobre a política partidária, não consegue construir um conceito, nem mesmo argumentar convincentemente a respeito do tema. Chris, quando define política partidária, usa a expressão *uma espécie de partido*, para resumir as ideias que detêm. Assim, não convence o leitor. Destarte, o enunciado dá-nos a impressão de algo impreciso, incerto, tendo em vista que essa expressão se usa costumeiramente para definir algo que não se tem certeza.

Na segunda etapa, após apresentação do texto “Analfabeto político” de Bertolt Brecht e questionamentos sobre o assunto política, ao solicitamos uma nova produção textual com a temática anteriormente discutida – texto 1. Chris escreve:

**Texto 2:** *A política hoje é dividida em dois grupos os onestos e os corruptos que são a maioria no mundo em que vivemos eles comandam tudo desde o seu salário ao preço dos remédios e dos alimentos ate o dos remédios, atualmente a carupção tem almentado e por meio disso o mundo esta do geito que esta hospitais incabados falta de inclusão social e muitos outros fatores.O Brasil assim como os outros países também sofre com isso mais na minha opinião ele e o que e mais prejudicado com tudo isso, os políticos também tem seu lado bom uma pequena porcentagem do dinheiro do imposto e investido em algo, em poucas coisas mais ele e usado boa parte desse dinheiro se não fosse desviado para pagar as férias dos políticos hoje os E.U.A não dirião que ainda somos do terceiro mundo.*

Ao confrontarmos os textos 1 e 2, compreendemos que após leituras e discussões com a pesquisadora a propósito da política brasileira, Chris ao produzir um novo texto(2), atribuiu outros sentidos ao seu dizer, antes não realizados – texto 1. Mediante tal constatação, entendemos que autor, no decorrer do processo de leitura e escrita, aos poucos vai perdendo a visão ingênua que, anteriormente, apresentava.

Quando indagamos sobre política, ele desenvolve um texto assinalando dizeres que se contradizem. Afirma que na política existem *dois grupos os onestos e os corruptos*. Perante o enunciado, é possível distinguir pelo menos duas vozes, ideologicamente diferentes intrer cruzarem no texto 2. Notamos que Chris a priori dizia que os políticos são honestos e

outrora são corruptos. Partindo do pressuposto, somos levados a crer num enunciador que no processo de escrita, incorporou ao seu discurso novos dizeres. Esses construídos por meio de leituras e discussões com a pesquisadora e na relação que estabelece com a exterioridade. Afirma Orlandi (2009, p.49) o indivíduo “é sujeito à língua e à história, pois para se constitui, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas”.

Diante do texto 1 e 2, percebemos uma atenuante mudança nas concepções de Chris a respeito do tema tratado. As razões que justificam essas modificações sofridas pelo sujeito, são atribuídas à relação que o “eu” (Chris) estabeleceu com o “outro” (leituras e discussões com a pesquisadora) em meio ao espaço discursivo. Afirma Bakhtin (1992, p. 314 apud VOESE, 2004, p.46 - 47) “Nossa fala, isto é, nossos enunciados [...] estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado”.(grifo do autor).

Essa proposição bakhtiniana, em evidência, é marcada no texto 2 de Chris. Visto que ao submetê-lo a leituras e diálogos políticos, assimila novas informações e as incorpora na sua escrita. Destarte, o enunciador, ao estabelecer relação com o outro, aos poucos vai definindo-se, por conseguinte constituindo sua subjetividade. É notório que ao estabelecer diálogo com outros interlocutores, manifesta sua individualidade, *na minha opinião*, frente ao assunto abordado. Assegura Bakhtin, que o sujeito tem a possibilidade de singulariza-se e singularizar seu discurso, por meio da interação viva entre vozes. (FARACO, 2009).

### 2.1.2. Ato enunciativo de Greg

Ao solicitarmos uma produção textual a respeito do tema política, Greg enuncia:

*Texto 1: A política partidária e feita aqui no nosso país de uma maneira muito dura crítica comendo pelo voto da população no final da votação o candidato mais votado ganha o cargo tão desejado com isso o candidato eleito permanece no cargo durante 4 anos, na permanência do cargo o candidato eleito ele tem por obrigação ajudar a população ter uma vida melhor garantido segurança, lazer, saúde ou seja todos os direitos e essenciais para uma pessoa viver bem, mas infelizmente as vezes o candidato ele não quer fazer nada para a população que fica revoltada por não ter seus direitos. Eu quando votar em meus candidatos tenho que ser muito rigoroso pois eu sei bem o que pode ocorrer durante 4 anos.*

Baseando-nos na abordagem teórica discursiva, nesse texto destacamos alguns fragmentos que consideramos pertencentes a uma formação discursiva dos cidadãos inconformados com a política vigente no Brasil, ao mesmo tempo, conhecedores dos direitos e deveres dos cidadãos e dos políticos. Notamos que Greg assume ideologicamente a voz do enunciador a partir da formação discursiva a qual pertence e afirma que a política é feita de uma maneira *muito dura, crítica*, com isso deixa transparecer sua inconformidade frente aos rumos que ela tem tomado nos últimos tempos. Essa posição novamente é reafirmada, quando ele fala que a população fica *revoltada* com o descaso dos políticos frente à sociedade.

Nesse texto, observamos que o enunciador é conhecedor dos seus direitos enquanto cidadão, portanto os reivindica ao enunciar que os políticos têm a *obrigação* de zelar pela população a qual os colocou no poder. Além disso, percebemos que ele é interpelado em sujeito-falante pela formação discursiva que representa, no discurso, as formações ideológicas, uma vez que assume a voz dos cidadãos inconformados politicamente (Pêcheux, 1997).



Entretanto, ao observarmos a palavra *infelizmente*, percebemos além da inconformidade dos cidadãos, uma necessidade por mudança no quadro político. É um desejo subjetivo manifestando-se e materializando-se no discurso. Greg revela-se ainda individualmente nos trechos *eu quando votar* e *eu sei bem*. Nesses acreditando que as palavras proferidas são de sua autoria. Orlandi (2009), diante dessa enunciação, diria que ele acionou a memória discursiva ou o interdiscurso, ao pronunciar tais palavras, porque “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”, uma vez que “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua.” (id., 2009, p.31).

Greg após leituras e discussões políticas:

*Texto 2: Depende muito do ser humano ou seja o eu, porque cada pessoa é diferente, é muito difícil apontar um candidato e dizer que ele fará o melhor para a população temos que conhecer primeiro o candidato para depois votar por que nós não temos que esquecer o que é política, qual o papel principal e como se afeta em todos nos, ou seja devemos colocar uma pessoa de responsabilidade, conhecimento, e também o fundamental o caráter para finalmente que começar logo na hora em que votamos pois todos as seus direitos vão por dirigidos por eles.*

Ao compararmos e analisarmos as marcas discursivamente o texto 1 e 2, apreendemos uma acentuada mudança nas concepções políticas de Greg. Observamos que no texto 1, pelo senso comum, o enunciador fala da política evidenciando as obrigações dos políticos, ao mesmo tempo revoltando-se à situação política brasileira. Ao relacionarmos a postura discursiva de Greg na primeira e na segunda produção textual, percebemos visões diferenciadas.

Vejamus que no texto 2, além de apontar o descaso dos políticos em relação à população brasileira, como fez no texto 1, baseando-se no conhecimento adquirido no decorrer do processo investigativo e na sua relação com outro, foi capaz de atribuir ao seu discurso novos sentidos. Ele, ao enunciar que *cada pessoa é diferente* e que *não temos que esquecer o que é política, qual o papel principal e como se afeta em todos*, apresenta uma visão ideológica reflexiva a respeito do tema tratado desde a primeira fase da investigação. Sobre isso, asseguramos que é uma das primeiras mudanças na concepção política do enunciador, visto que após leituras e diálogos políticos ele conseguiu perceber, além dos fatores mencionados no texto 1, *o candidato ele não quer fazer nada para a população*, outros elementos responsáveis pelas decadências políticas.

Ressaltemos que o enunciador atribui agora, as responsabilidades frente à sociedade não somente aos políticos, mas também aos cidadãos. Então enuncia que *devemos colocar uma pessoa de responsabilidade, conhecimento, e também o fundamental o caráter para finalmente que começar logo na hora em que votamos pois todos as seus direitos vão por dirigidos por eles*.

É notório que os sentidos atribuídos ao texto 2, não eram percebidos por Greg, no texto 1. Eles foram se constituindo com o contexto de leituras e diálogos que se instaurou na sala de aula, no decorrer da pesquisa. Afirma Voese (2004, p.76) “os indivíduos, quando falam, não partem do nada: eles falam de algo, ou seja, antes de falar, o enunciante deve ter se apropriado daquilo sobre o que vai falar”.

## **2.2. Postura dos sujeitos, após a leitura das charges**

Partimos da conjectura de que a charge é um gênero textual que circula diariamente na sociedade, lida como repertório disponível nas práticas sociais, ligando-se ao modo como

um determinado grupo vê o outro. Tem a função de convencer, influenciar o outro de acordo com uma determinada ideologia, a fim de torná-los mais conscientes da realidade. Resolvemos averiguar de que forma os alunos conseguem assimilar os conteúdos veiculados nesse gênero e como ele os influenciam na construção da sua subjetividade.

Nas seções anteriores, submetemos os alunos do 2º ano D do Ensino Médio, a discussões a respeito do tema política brasileira e a produções textuais, para verificarmos suas manifestações de subjetividade. Nesta, os colocamos, por meio de processo dialógico que envolvia leituras e discussões de texto, frente ao gênero textual charge.

Ressaltamos que, para recolhermos o material de análise desta seção, apresentamos aos alunos na última ida da pesquisadora ao campo, a charge. *A priori* desenvolvemos um diálogo sobre o propósito discursivo do gênero, observando suas características. Assim que expusemos as charges, fizemos leituras e construímos sentidos a ela. Posterior a isso, solicitamos aos alunos que construísem sentidos a algumas charges individualmente. Dentre cinco analisadas por eles, selecionamos duas aleatoriamente, para que pudéssemos realizar nossas constatações. Observamos que, nesta seção, assim como nas anteriores, transcreveremos no decorrer das análises, fragmentos das produções textuais dos alunos, para que pudéssemos ponderar sobre os sentidos construídos.

### 2.2.1 Análise das charges

Vejamos as construções de sentidos atribuídas às charges selecionadas. Advertimos que a política é o tema básico, assunto discutido durante todo o processo investigativo.

Figura 1. Escolhas



Fonte: [www.ivancabral.com](http://www.ivancabral.com)

Segundo Nery (1998, p. 71-72), “para ser decodificada, a charge necessita manter uma relação estreita com o cotidiano e o universo cultural do leitor”. Assim, ao aplicarmos a figura 1 para os alunos construir sentidos, eles a relacionaram com os temas políticos tratados durante todo o processo investigativo e com o contexto sócio-histórico vivenciado por eles, no momento da pesquisa, então enunciaram:

**Chris:** A charge mostra que o político quanto mais ele se filia a um partido mais dinheiro obtém.

**Greg:** Ela quer dizer que o político em questão está escolhendo um partido de um jeito simples e não importa qual ele escolha ele vai lucrar muito com isso no caso ele deve estar escolhendo o que vai reder mais dinheiro a ele.

Diante desses enunciados (Chris e Greg), percebemos que os sujeitos baseados nas leituras e nos diálogos desenvolvidos pela pesquisadora, no decorrer do processo

investigativo, deram à figura 1 uma pluralidade de sentidos coerentes ao tema política. Afirma Voese (2004, p.46) “os indivíduos, porém, para poderem organizar-se de modo produtivo, precisam apropriar-se não só do que os une, mas também do que gera heterogeneidade”. Partindo das ideias de heterogeneidade, garantimos que os sujeitos, ao relacionarem o texto verbal ao não-verbal, conseguiram conferir a seu discurso diferentes sentidos relacionando aos contextos sócio-históricos em que estão envolvidos.

Chris, após ler a figura 1, afirma que os políticos escolhem o partido, o qual se filia, pelas vantagens financeiras que esse oferece. Isso é possível perceber por meio do trecho, *mais dinheiro obtém*. Para ele filiar-se a um partido político é sinônimo de corrupção, logo de desvio de dinheiro dos cofres públicos.

Greg, por meio das locuções verbais *vai lucrar, vai reder mais dinheiro*, também associa à filiação partidária às questões da corrupção. E ainda afirma que os políticos encaram essa escolha pelo partido, como uma coisa sem importância. Diz o enunciador de *geito simples*.

## Conclusão

O objetivo desse estudo foi compreender de que maneira a subjetividade do sujeito, alunos do 2º ano D do Ensino Médio, se manifesta no processo de leitura e produção de texto. Especificamente, procuramos: (i) analisar as marcas discursivas, pelos alunos, deixadas nas produções textuais; (ii) comparar produções textuais observando as mudanças de postura sofridas pelos alunos no decorrer do processo investigativo; (iii) averiguar que efeitos de sentidos que as charges mantiveram sobre os alunos.

A primeira questão averiguava se o sujeito modifica sua percepção sobre as coisas no mundo, ao ser submetido aos discursos do outro, leituras e discussões. Com a investigação, percebemos que as leituras realizadas pelos sujeitos influenciam-os a ponto de reconfigurarem a opinião a respeito de um assunto. Vejamos trechos dos discursos de Chris, primeira e segunda fase da investigação. *A priori* ele diz que: *a política partidária em que um grupo de candidatos se reúne e cria uma espécie de partido para ajudar nas leis*, depois dos diálogos desenvolvidos ele atribui de novas significações ao seu discurso: *política hoje é dividida em dois grupos os honestos e os corruptos*.

Na segunda questão, averiguávamos o processo pelo qual o sujeito passa para constituir-se como tal. Percebemos que todos os sujeitos para construir-se individualmente (subjetividade), são submetidos ao discurso do outro. Isso ocorre de igual forma para todos os indivíduos socialmente atuantes, pois são coagidos sempre por forças dominantes. Notamos que sujeitos/alunos no início do processo investigativo eram ingênuos, visto que sabiam pouco sobre política, posterior as leituras realizadas e discussões sobre o tema seus discursos foram alterados. Eles começaram a construir novos dizeres a respeito da política.

A última questão objetivava saber se os discursos chargísticos, interferem na visão de mundo dos sujeitos. Entendemos que o gênero charge cumpriu seu propósito discursivo, sendo que os alunos ao construir sentidos aos mesmos, em nada discordaram do tema proposto nos textos. Assim, concluímos que os sujeitos são inconscientemente interpelados pelas ideologias dominantes. Por isso, é que jamais podemos dizer que somos donos dos nossos discursos, visto que eles são sempre construídos na relação com o outro, no espaço discursivo. Logo, são carregados ideologicamente.

Destarte, com o estudo realizado, chegamos à conclusão de que o sujeito, embora interpelado às ideologias dominantes, tem a possibilidade de individualizar-se e individualizar seu discurso a partir da interação viva de vozes no espaço discursivo. Prova disso, é quando aplicamos as charges, eles atribuíram-las uma multiplicidade de sentidos que perpassaram o campo da subjetividade e das experiências de cada ser, contudo assujeitaram-se a elas, visto

que não discordaram da visão do autor em momento algum. Diante disso, é notório que os sujeitos constituem sua subjetividade num processo heterogêneo, no qual adicionam dizeres que se confrontam num processo dialógico modificando a consciência de cada um.

### **Referências bibliográficas**

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri: revisão do prof. Isaac Salum. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogos: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

FLÔRES, Onici. **A leitura de charge**. Canoas: ULBRA, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3.ed. São Paulo: Pontes, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: \_\_\_\_\_; BENTES, Anna Christinna (Org.). **Introdução a linguística: princípio e fronteiras**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 2, cap.4, p.101-142.

NERY, João Elias. **Charge e caricatura na construção de imagens públicas**. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Orlandi. et al. 3.ed. Campinas: editora da Unicamp, 1997. (Coleção Repertórios).

VOESE, Ingo. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004. v.13. (coleção aprender e ensinar com textos.)